

Memórias da educação escolar: prospecções e projeções*

*Maria do Carmo Martins***

Resumo

No artigo destaco a experiência de criação do Centro de Memória da Educação, da Faculdade de Educação da UNICAMP e me reporto ao Projeto Memórias da Educação Escolar: Cultura Material e Arquivos Escolares, em desenvolvimento desde 2004, com o qual uma equipe de pesquisadores organizam dois arquivos históricos escolares, em escolas consideradas tradicionais em Campinas: Colégio Progresso Campineiro (1900) e Escola Estadual Orosimbo Maia, chamado anteriormente de 4º Grupo Escolar, datado de 1925. As duas escolas, em atividade até o momento, possuem rico acervo documental e encontram-se instaladas em edifícios que ocupam área central da cidade, considerados do ponto de vista arquitetônico, referências para a memória urbana de Campinas. Reflito, no artigo, sobre as funções educativas já realizadas e ainda possíveis, no Centro de Memória da Educação.

Palavras-chave: história da educação; memórias escolares; centro de memória da educação; arquivos históricos escolares; ensino primário, ensino secundário.

Esse texto foi escrito após a apresentação de uma conferência denominada “O papel educativo de um Centro de Memória”, proferida na Semana Comemorativa dos 20 anos do CEOM. Optei por manter-me o mais próximo possível da apresentação nesse evento, utilizando, inclusive, a transcrição da minha fala como base para a organização textual. Nesse sentido, o artigo possui muita similaridade com a apresentação oral. Foram realizados apenas alguns ajustes, a fim de facilitar ao leitor o entendimento do contexto em que tais reflexões estão inseridas.

Destaco que as reflexões ocorreram por ocasião de uma primeira visita ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, no qual pude conhecer alguns dos tantos projetos que o Centro de Memória vem realizando, para valorizar a cultura dessa região do estado, mas também com questões relativas à preservação patrimonial e, evidentemente, ao reconhecimento de uma cultura local. Foi nesse contexto também que, em contato com toda a equipe técnica e o conjunto de pesquisadores do CEOM, iniciamos um debate sobre as possibilidades desses espaços institucionais, vinculados às universidades como são os Centros de Memória do Oeste de Santa Catarina (UNOCHAPECÓ) e o Centro de Memória da Educação (UNICAMP), voltarem-se, na contemporaneidade, para a escola como lugar de memória, não apenas pela possibilidade de constituição de arquivos históricos – uma vez que essas instituições educacionais escolares possuem grande acervo documental, marcadamente administrativos - mas, e especialmente, em estarmos atentos aos sinais e aos vestígios que nelas estão marcados, sobre as práticas educacionais, as relações sociais, o cotidiano da escola, entendida esta como espaço cultural, legítimo e específico.

A historiografia da educação brasileira e internacional tem, reiteradamente, se manifestado sobre a necessidade de abordarmos a escola como um espaço cultural que precisa ser conhecido em sua alteridade, levando-se em conta as experiências pedagógicas, as práticas pedagógicas, a história do ensino e a história dos professores,

com a clara intenção de reposicionar a história da educação no âmbito historiográfico, como nos alertam - somente para citar alguns - CARVALHO (1998), FARIA FILHO (2000) e VIDAL, MORAES e UEBARA (2001). A história social da cultura e a história cultural ampliaram não somente os debates em relação às temáticas e às abordagens sobre a cultura, como possibilitaram uma guinada na forma como a história da educação define seus temas, suas fontes e suas narrativas. Assim, há alguns anos, pesquisas sobre o cotidiano da escola destacam a necessidade de estabelecermos diálogos sobre as culturas escolares e, especialmente, promovem uma crítica à nossa tradição historiográfica da educação, bastante forte ainda hoje, que se assenta na história do pensamento pedagógico brasileiro e na história das políticas educativas. Nesse contexto iniciamos o processo de organização do Centro de Memória da Educação e nele inserimos o projeto Memórias da Educação Escolar, que desenvolvo com a Prof^a. Dr^a. Heloísa Helena Pimenta Rocha.

O primeiro elemento que escolhemos para participar do debate historiográfico foi a organização de fontes de pesquisa. É importante destacar que a UNICAMP é uma instituição com experiência bastante avançada na organização de acervos documentais. Possui, por exemplo, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), o Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE), o Centro de Documentação de Música Contemporânea (CDMC) e o Centro de Memória da UNICAMP (CMU), este último constituindo-se como um centro de memória, voltado a questões locais e regionais. Além disso, a UNICAMP conta com um órgão responsável pela memória universitária que é o SIARq – Sistema de Arquivos da Universidade. Mas nenhum desses espaços de informação especializada continha, em seus acervos, grande massa documental referente à educação, em especial a educação escolar. A tarefa de organização de um arquivo ou Centro de Documentação não é simples e nela estamos desde 2000, quando conseguimos então o financiamento da FINEP para a reforma do prédio da FE que configuraria o espaço do CME/FE.

O esforço pela organização do Centro de Memória esbarrou, em alguma medida, na questão das especializações que estes espaços contêm. A luta pelo poder de organizar estes espaços dentro da universidade esbarra, às vezes, no discurso da especialidade, como atributo para o controle da informação. Evidenciando o caráter político que os saberes disciplinares representam, a criação desses lugares para organização, guarda e referenciamento de documentação, constrói-se na interface de diferentes discursos, muitas vezes em conflito: a história, a ciência da informação, a biblioteconomia, a própria educação, a tecnologia e a informática. Ao mesmo tempo, as questões relativas à memória, tornadas quase uma panacéia em tempo atuais como alertam COLOMBO (1991), FERREIRA (2004), HUYSSSEN (2000), LAVILLE (2005), permitia-nos vislumbrar a pertinência e as questões éticas de organizarmos um outro espaço na universidade visando a organização documental.

A opção por iniciarmos a organização de um centro de memória da educação, que fosse primeiro, mas não exclusivamente, vinculado à cultura material escolar, pautou-se por duas vertentes: uma delas, a acadêmica, como já citado anteriormente, relativa ao debate sobre a historiografia da educação. Para darmos continuidade às pesquisas sobre a escola, consideramos necessário abraçar a discussão sobre as fontes. A metáfora muito repetida na educação, de que a escola é a nossa “caixa preta”, e que as pesquisas em educação necessitam ainda conhecer melhor as rotas de vôo da escola, saber quais os percursos que a escola viveu para criar-se como esse ambiente de cultura, movimentou os passos iniciais. O acolhimento de projetos, no Centro de Memória da Educação, que procurem trazer novas luzes sobre a educação escolar, com o desenvolvimento de pesquisas históricas sobre o cotidiano da escola, são objetivos explícitos do CME/FE.

A segunda vertente, complementar à primeira, defino-a como uma premissa política, e corresponde à tentativa de tratarmos a escola como espaço/tempo e ambiente de culturas que, além de nos interessar como objeto histórico, nos interessa muito como espaço cultural, no tempo presente.

Considero importante destacar que, para além de sua edificação como monumento urbano como já ocorre em algumas cidades, a escola que ainda está funcionando como lugar de ensino e aprendizagem, tem sido especialmente visualizada no CME/FE. Para abordá-la em sua contemporaneidade, a memória, a retomada do diálogo entre o passado e o presente que ocorre nos espaços educativos, a tradição e a mudança que se apresentam nessas unidades escolares que estão ainda em funcionamento, trazem à tona outras discussões sobre poder e conhecimento, tornando essas instituições não apenas lugares representativos do passado, curiosamente devassados por historiadores pragmáticos, mas também um lugar de contato entre a produção acadêmica sobre memória e história, a política cultural de preservação patrimonial, a educação e o ensino contemporâneos.

Portanto, inseridos no debate sobre a historiografia da educação, vinculados à universidade que já possui competências e tradição na organização de centros de documentação e memória, ancorados nos debates sobre as políticas culturais e a educação e, participando, como professora e pesquisadora em uma faculdade, cuja preocupação com a formação de professores é marcante e tem expressado, muito fortemente, as opções políticas de um grande grupo de intelectuais que vêem a escola como um espaço de possibilidades culturais, estabelecemos o desafio: criar um lugar que, sendo um “lugar de memória”, não se configurasse, exatamente por todas as preocupações já assinaladas, em transformar-se, exclusivamente, em um lugar de organização de acervos documentais. A preocupação não era “salvacionista”, embora, é claro, estejamos sempre atentos aos riscos que sofre o patrimônio cultural brasileiro. É que, para além disso, consideramos, desde o início, a possibilidade do CME/FE inserir-se na dinâmica da formação dos nossos estudantes em nível de graduação e pós-graduação.

Quando em 2000, iniciamos os trabalhos, o Centro de Memória da Educação foi constituído ainda como um Centro de Memória

sem documentos. Mas, desde o início, procurávamos estabelecer vínculos com as pesquisas sobre memória e educação, ademais de contar, em nossos projetos, com a participação efetiva de estudantes de graduação e pós-graduação. Eles deveriam participar das discussões sobre a criação do centro, que também se formava numa universidade estadual paulista, em contato com o Centro de Memória da Educação da USP, com o Centro de Documentação da Universidade São Francisco e procurando conhecer quais as demandas que havia na região para que pudéssemos selecionar documentos e recolhê-los, caso necessário, para o espaço do centro.

Foi especialmente difícil apoiarmo-nos em políticas culturais tendo por referência discussões sobre memória e patrimônio, visto que as escolas que se mostraram mais interessantes para iniciarmos os trabalhos, algumas de caráter privado, são possuidoras, como proprietárias, de sua documentação e de seus objetos mais ricos em características históricas (no que se refere ao critério raridade, exclusividade etc.) E, não raro, tratam esses documentos e objetos como parte de uma coleção, na qual o passado deve ser “glorificado”. Em contato mesmo com uma das escolas de Campinas, fomos surpreendidos pelo interesse que um projeto de trabalho sobre memória escolar ocasionou. E depois, novamente surpreendidos, quando vimos que os móveis e as fotografias, outras coisas que ainda estavam em processo de estudo histórico, haviam sido reproduzidos, tentando criar uma versão cenográfica para os tais objetos, e assim reconstituir um “ambiente” do passado. Tudo muito cenográfico, uma ambientação na qual os originais não podiam, num relance, serem distinguidos das cópias. E essa é certamente uma das coisas importantes para pensarmos, uma vez que essa aparente falsificação precisa ser vista não como simulacro, mas como uma das estratégias de configuração memorial.

Mas, quando acompanhamos discussões sobre a “memória” - e as maneiras como ela, hoje, promove uma lembrança celebrativa ou comemorativa, ou mesmo, como ela permite uma construção discursiva de auto-elogio para unidade escolar (que é o caso da escola

aqui relatada), teremos que aprofundar a análise crítica sobre esse discurso memorável, produzido no engendramento das relações de poder que ocorrem nas instâncias de guarda e preservação patrimonial.

Por outro lado, considero importante destacar que, apesar de termos muito cuidado para não sermos mais colecionadores e sujeitos movidos pelo fetiche dos documentos, temos assistido a uma mudança importante no que diz respeito aos arquivos e centros de documentação: não somente no que diz respeito à proliferação deles, o que certamente ocorre, mas também na mudança do tratamento do documento como “expressão de verdade” e pelo caráter jurídico e inalienável dele. As alterações promovidas nos últimos anos, inclusive no que diz respeito às prescrições arquivísticas para o âmbito da pasta da cultura em nível federal, apresenta-nos uma centralidade na cultura, e certamente nos alertam para a importância dessa categoria - a cultura e o debate em torno dela - para ancorar as tentativas de organização de arquivos, centros de documentação, museus, bibliotecas especiais.

O projeto que tem nos permitido avançar mais nessas discussões denomina-se *“Memórias da Educação Escolar: cultura material, e organização dos arquivos históricos escolares”*. Nele estamos trabalhando basicamente com duas discussões sobre memória: a memória como um atributo da cultura, ou seja, a memória como cultura e, dialeticamente, a cultura como memória. Na primeira insere-se toda a questão do patrimônio, da lembrança e a subjetividade que ela ativa, a percepção de como os diferentes grupos sociais organizam-se e inscrevem-se historicamente; estabelecem suas relações sociais, correspondem a atualização do passado e do presente. Não no sentido de ser o passado para ser lembrado, mas de ser um passado constituinte do presente.

Já a concepção de cultura como memória, procuro expressá-la na relação entre memórias e narrativas. Ela tem a ver com a forma como a memória está presente, tem a ver com a semiótica das expressões culturais, com a poética, com a persistência da narrativa,

com a duração e as permanências que ocorrem em coisas que estão mudando. É a própria alusão ao fato de que a memória é feita em camadas, que se sobrepõem, mas que também infiltram-se, contaminam-se umas camadas nas outras. Chamo a atenção disso, quando, por exemplo, prepara-se uma exposição memorial. Por ela, podemos ver a necessidade de criar diferentes caminhos narrativos, que vão desde o caminho da disposição dos objetos no espaço disponível, à maneira como um objeto é exposto, com espelhos, textos, cenário, moldura, até o folheto de divulgação da exposição. As narrativas, linguagens, que relações são criadas entre as palavras e as imagens que estabelecemos, devem ser, por exemplo, alvos de nossa discussão.

Tais preocupações têm nos movimentado na construção dos arquivos escolares realizados em duas escolas campineiras. Uma delas, o Colégio Progresso Campineiro, escola privada, criada em 1900, ainda hoje em atividade, foi a primeira escola feminina laica da cidade. O edifício no qual ainda funciona, numa região urbana privilegiada da cidade, circundada por imponentes casarões e alvo de especulação imobiliária, foi construído em 1917 e ocupava uma área maior do que ocupa atualmente. É bastante curioso ver como aquele edifício está no coração de uma avenida, construída e reconstruída arquitetonicamente, e ele permanece ali, sofrendo algumas adaptações para manter-se no lugar, especialmente porque a tradição é uma das imagens que o próprio colégio mais cultivou para falar de si e tornar-se atraente para seus atuais estudantes e para os futuros estudantes que entrarem na escola. Ali foi criado um memorial, no qual o arquivo é parte integrante, mas há também outros objetos e o projeto de um micro museu da escola. Quando começamos a organizar o arquivo, além do rico acervo documental, nos deparamos com esse prédio e suas camadas visíveis de composição da memória escolar, as marcas da ocupação, dos conflitos, das mudanças, das permanências. Foi com o interesse em associarmos a conversa sobre a memória, com a tentativa de escrevermos uma versão da história da escola e um interesse em

definir o que comporia o arquivo, o que seria objeto de descarte, dentre as tantas coisas que ali foram encontradas, que produzimos um filme, uma criação artística de Alan Victor Pimenta e Milton José de Almeida, ambos membros do Olho, Laboratório de Estudos Audio-Visuais da FE/Unicamp, que puderam visitar a escola, conhecer o projeto, fotografar à vontade e criar o filme “O Colégio”.

Além disso, à medida que estudávamos a escola para podermos montar o arquivo, um interesse sobre a religiosidade que se expressava naquela escola - que sempre se referenciava como laica e que aos poucos se transformava numa escola marcada por pedagogias e práticas católicas – foi se tornando atraente. Ao fazermos nossas primeiras incursões nos documentos e nas histórias narradas sobre o Colégio Progresso, despontou uma permanência: ainda hoje misturam-se, de forma tão original, a religião, a moral, a ciência e técnica na suas organizações curriculares.

Começamos sentir necessidade, cada vez mais forte, de envolvermos pessoas da escola na empreitada de definir o arquivo. E temos contado para isso, com a presença de uma ex-diretora pedagógica, atualmente diretoria de eventos da escola, que se empenha muito na criação do memorial. Ela é também uma contadora de histórias dali, é conhecedora de nomes e fatos, narra lembranças e marca esquecimentos. Há também uma senhora que está na zeladoria da escola e trabalha na limpeza do prédio há muitos anos. A gentileza dela com a criação do memorial chama a atenção, porque ali tem suas trajetórias, suas experiências, seus contatos. Há ainda um grupo de alunas estagiárias do curso de formação de professores, um curso normal superior, que é mantido pela mantenedora da escola que hoje é também uma faculdade. E o principal trabalho de organização do arquivo ocorre sob a responsabilidade da pedagoga que trabalhou conosco desde os tempos de estudo em graduação, fazendo Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso sobre o arquivo e a documentação religiosa da escola.

A história da escola, a presença marcante de sua antiga diretora e proprietária, e que, ao falecer, foi enterrada no pátio de entrada

em frente à capela - Dona Emília de Paiva Meira - os vínculos dessa senhora com o poder político local, a forma como o então prefeito da cidade, Sr. Orosimbo Maia, um dos antigos sócios-fundadores da escola, transferiu para Dona Emília o colégio, sendo inclusive fiador dela na construção do edifício no qual a escola está instalada atualmente, nos apresentaram algumas outras questões da história da educação que nos forneceu pistas para chegarmos à segunda escola que poderíamos montar o arquivo e trabalhar simultaneamente com a memória da educação da cidade: elegemos o 4º Grupo Escolar, denominado depois, em 1935, Grupo Escolar Orosimbo Maia (hoje, Escola Estadual Orosimbo Maia). A prospecção nos documentos levavam-nos, curiosamente, para fora da escola, para a cidade, para as relações políticas e pedagógicas que foram construídas no início do século XX.

Na Escola Orosimbo Maia, ocorre o mesmo. Nossas pesquisas iniciais abriram frestas pelas quais estamos nos envolvendo com a urbanização de Campinas. Por ela passamos a indagar como ocorreu a vinculação do prefeito da cidade com a criação dessa escola estadual. Embora ainda não esteja completamente esclarecida, sabemos que foi, durante a sua gestão como presidente da Câmara Municipal, realizada a doação do terreno para a construção da escola (em 1910, com a planta da escola datando de 1911). Sabemos também que sua presença ocupa muito o imaginário da escola, está nas paredes, no busto, no nome. A construção do edifício ocorreu entre 1917 e 1924, entrando a escola em atividade, nesse mesmo lugar, em 1925 e recebendo como seus primeiros alunos, um grupo de estudantes oriundos de uma classe isolada, que funcionava perto das atuais instalações.

A escola localiza-se próxima à região mais central da cidade e bem perto da estação ferroviária e da antiga Fundação Lidgerwood, conjunto arquitetônico tombado como patrimônio histórico local. A própria escola sofreu um processo de restauração em 1988, por fazer parte da área que deve ser conservada na região tombada.

Essa unidade escolar possui também um arquivo permanente, que nos permitiu rastrear boa parte das informações que já

recolhemos sobre ela, e claro, esse arquivo é especialmente atinente às questões administrativas da escola. Mas há também documentos esparsos sobre as práticas curriculares, fotografias, livros de comunicação entre diretores e professores, registros de atividades cotidianas que não seriam guardadas pelo valor administrativo dos documentos. O arquivo localiza-se no porão, um lugar quente, mal iluminado e mal ventilado, mas a escola nos permitiu adentrar aos porões e trabalhar lá. Embora a diretora nos tenha apoiado, mostrando algum interesse pela história da escola, o nosso ponto de apoio maior tem sido de parte da secretária da escola, funcionária que está lá há muito tempo e que vê na possibilidade da montagem do arquivo histórico, uma ajuda para organizar toda a documentação que estava desarrumada, sem condições de limpeza e de preservação. Ademais, solicita também armários e gabinetes, para que a documentação tenha algum tratamento mais adequado. A experiência nessa escola nos aloca num espaço de projeções dos desejos sobre a garantia de permanência da escola pública, vilipendiada e degradada, na contemporaneidade.

A organização dos arquivos também seguiu caminhos distintos. Enquanto na escola privada as condições para realização da pesquisa encontrava facilidades, devido ao caráter celebrativo e patrimonial da escola, no Orosimbo Maia estamos ainda tentando criar estruturas para a preservação dos documentos e para sua guarda na própria escola. O porão começou a ser utilizado e, claro, chamou a atenção dos alunos que estudam ali. Algumas vezes, a porta da sala onde estão instalados os documentos (a primeira versão do arquivo histórico) foi arrombada, os documentos mexidos e o arranjo arquivístico desfeito. Decidimos então levar as fotografias e alguns documentos para serem separados e higienizados no refeitório onde os estudantes se reúnem para comer, mas também para conversar e fazer trabalhos em grupo. Ao tornar os documentos visíveis e o trabalho também conhecido por parte dos estudantes, as invasões cessaram.

Quando é possível fazer a integração com a escola, se ela está em atividade e é a expressão de uma série de outras memórias, de

sucessos e fracassos, da urbanidade do progresso ou da decadência urbana, ela se constitui não apenas em um local de guarda de um arquivo. A escola passa a ser o local onde está o acervo, onde ela expressa suas memórias e local de outras memórias ali expressas. Considero possível que a escola queira movimentar-se com seu acervo, repensar-se no contato com ele, aproveitar pedagogicamente esse acervo. No Colégio Progresso, após dois anos de trabalho na organização do arquivo histórico, isso já está ocorrendo. Cabe o registro que, mesmo enquanto ainda montávamos o arquivo, os pesquisadores eram recebidos, viam o trabalho de organização, eram consultados sobre a melhor maneira de dar visibilidade a ele. Uma parte do que hoje está no arquivo é documentação de vida estudantil, de processos de trabalho e, não raras vezes, familiares de ex-alunos e/ou ex-professores podem requerer cópia do material.

Consideramos importante registrar que envolver a escola com o projeto, e em via de mão dupla, tornar o pesquisador sensível ao atual estado da escola que ele se propõe estudar ou apenas requerer algum tipo de documentação, tornou-se um imperativo do projeto. Qualquer um dos espaços aqui demarcados não é espaço morto, nós não estamos lidando com pessoas que já passaram e nos deixaram o seu legado material, nós estamos em contato com pessoas que movimentaram a cultura, o pensamento pedagógico, a ação no cotidiano da escola. E que se encontram em contato com outras, que estão lá, em tempo presente, fazendo o mesmo. Então, envolver diretores, professores, estudantes, nessa dinâmica e, ao mesmo tempo, buscar uma comunicação maior com a cidade, as pessoas que vivem ali, permite-nos projetar também a escola como um espaço de cultura, e a multiplicidade das culturas que ela contém, está em interação no mesmo espaço e tempo.

Todas as alternativas expostas nesse registro sobre a construção do CME, que sedia o projeto sobre as memórias da educação escolar, foram construídas na experiência, nos debates acadêmicos, são frutos da reflexão que ocorre no processo de pesquisa, mas não são elas mesmas experimentais. Com isso, quero destacar que são

caminhos trilhados para percebermos as potencialidades educacionais do centro que acolhe projetos de memória educacional. A preservação e a conservação, a disponibilização de outras fontes para a história da educação, são importantes, mas certamente não esgotam e tampouco representam a maioridade do projeto.

Um outro sentido educativo, na relação entre memória e educação, esta última compreendida não apenas como objeto, mas como uma prática que se realiza no tempo presente, insere-se na relação entre memória e cultura. Trabalhar com estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, professores das escolas, funcionários da equipe técnica da escola, funcionários da limpeza, permitem-nos um outro tipo de comunicação e cria uma mentalidade de co-responsabilidade, entre universidade e escola. Nesse sentido, mobiliza-se, mesmo que parcialmente a comunidade escolar, reflete-se sobre o ambiente educativo, sobre a permanência, a mudança, a tradição, a inovação.

Por fim, quero registrar que considero muito importante dar continuidade ao projeto, diante de um desafio, que é a divulgação das fontes, para construir os inventários de documentos, que não estão sob guarda restrita do Centro, que se encontram nas escolas pesquisadas. Tais documentos, quando organizados em arquivos, precisam ser referenciados, inventariados, constituir acervo disponível para outros pesquisadores, caso contrário é a própria função do arquivo que não se realiza. Nesse processo, os pesquisadores possuem uma função essencial de estudos, escrevem monografias, dissertações, mas também temos ainda que lidar com o banco de dados que nos permite fazer esse inventário de fontes.

A universidade nos permitiu encontrar algumas outras boas soluções. Em contato com o Sistema de Arquivos da Universidade – SIARq, pudemos testar o banco de dados que denomina-se “siarq pesquisa”. Com ele podemos caracterizar o fundo Colégio Progresso Campineiro e estamos iniciando a caracterização do Fundo Orosimbo Maia. Com essa base do sistema de informações de arquivos da Unicamp, customizado para o Centro de Memória,

temos a possibilidade de colocar todos os fundos em visibilidade para os pesquisadores, que entrem numa pesquisa pela rede mundial de computadores. Enfim, os documentos ficam organizados e conservados na escola, nós os referenciamos e criamos o banco de dados. Ao acessarem a página “Web” do Centro de Memória da Educação, ou entrarem com o nome das escolas na busca da universidade, serão apresentados os atalhos para o acervo. E o pesquisador, então, pode ir para a escola com algum critério para acessar os documentos. Nessa fase estamos. E certamente ela demandará ainda muitos outros trabalhos, dúvidas, questionamentos.

Notas

* Artigo apresentado a partir da Conferência “O Papel Educativo de um Centro de Memórias”.

** Historiadora, professora do Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte (DELART) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, coordenadora do Comitê Gestor do Centro de Memória da Educação dessa faculdade e membro da Red Educación, Cultura e Política en América Latina.

¹ Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Elison Antônio Paim pelo convite e a oportunidade de haver participado do evento, e também a Denise e Andreza pela recepção e cuidados durante a minha estadia em Chapecó, assim como o apoio para a produção desse artigo.

² O projeto Memórias da Educação Escolar: cultura material e organização de arquivos escolares, financiado pelo CNPq, é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar (arquivista, historiadores, pedagogos), contando além das duas professoras já citadas, com a participação de Rogério Xavier Neves, Priscila Kaufmann Corrêa, Blanka Juriollo Caetano e Carla Tortoreli Bizarro.

³ Sobre a história da criação do Centro de Memória da Educação (CMEFE) ver MARTINS, M.C. Os desafios para organização do Centro de Memória da Educação da FE/ Unicamp: ou como construir coletivamente um “lugar de memória” (2004) e MARTINS, M.C. e ROCHA, H.H.P. Lugares de memória: sedução, armadilhas, esquecimento e incômodos (2006).

⁴ Um outro exemplo disso, ocorre quando visito, em São Paulo, o Museu de Língua Portuguesa e tenho a percepção dessa cultura como memória.

⁵ Sobre essa religiosidade e o ensino religioso na escola, ver o trabalho de CORRÊA, P. K. (2005). Decifra-me ou te devoro: levantamento e análise de fontes sobre o ensino religioso no Colégio Progresso Campineiro1900-1937.

⁶ Trata-se de Maria Lúcia C. Ribeiro, diretora da unidade escolar por mais de vinte anos e que ainda trabalha da escola.

⁷ Trata-se de Dona Maria da Conceição Monteiro, que está na escola há mais de 15 anos.

⁸ A funcionária chama-se Elma moscardini Oliveira e trabalha nessa escola há 13 anos.

⁹ Sobre as potencialidades educacionais desses lugares de guarda documental, ver a dissertação de mestrado de Neves, R.X. “As potenciaisidades educacionais em centros de documentação e memória”. O pesquisador compõe a equipe do projeto Memórias da Educação Escolar, defendida na FE/ Unicamp, em 2005.

¹⁰www.fe.unicamp.br/servicos/centro_memoria

Referências

CARVALHO, Marta Maria C. de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice B. (orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos – memória social e cultura eletrônica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

CORRÊA, Priscila K. **Decifra-me ou te devoro**: levantamento e análise das fontes sobre o ensino religioso do Colégio Progresso Campineiro na Primeira República 1900 –1937. Monografia de final de curso de graduação. FE/Unicamp: 2005.
www.fe.unicamp.br/servicos/centro

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Arquivos, fontes e novas tecnologias – questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Armadilhas da memória e outros ensaios**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano: Universidade Cândido Mendes: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.

LAVILLE, Christian. Em educação histórica, a memória não vale a razão. In: **Educação em Revista** nº 41, Ed. UFMG, Belo Horizonte: 2005.

MARTINS, Maria do Carmo. Os desafios para organização do Centro de Memória da Educação da FE/Unicamp: ou como construir coletivamente um “lugar de memória” In www.fe.unicamp.br/servicos/centro_memoria/pesquisa/evora/pdf

MARTINS, Maria do Carmo e ROCHA, Heloísa. H. P. Lugares de memória: sedução, armadilhas, esquecimento e incômodos, IN **Horizontes** nº 23, Universidade São Francisco, Bragança Paulista: julho/dezembro de 2006.

NEVES, Rogério X. **As potencialidades educacionais em Centros de Documentação e Memória**. FE/UNICAMP, 2005 (Dissertação de Mestrado).

VIDAL, Diana G, MORAES, Carmen S. V. de, UEBARA, Karina A O Centro de Memória da Educação (USP): acervo documental e pesquisas em educação. IN: **Educação em Revista**, nº 34, Belo Horizonte: 2001 (Dossiê História da Educação).

Abstract

The article highlights the experience of the creation of the Center of Memory of Education from Faculdade de Educação at UNICAMP and refers to the Project Memories of School Education: Material Culture of School Files at work since 2004 through which a team of researchers organize two school historic files in traditional schools in Campinas - Colégio Progresso Campineiro (1900) and Escola Estadual Orosimbo Maia (previously called 4º Grupo Escolar) from 1925. The two schools, active to the present moment, possess a rich documentary heritage and are established at addresses occupying the central area of the city, references to an urban memory of Campinas. Finally, the article reflects on the educational functions already accomplished and those that are still possible, at the Center of Memory of Education.

Keywords: history of education; school memories; center of memory of education; school historic files; primary education; secondary education.